

LEONARDO VILAÇA DUPIN*

SHEILA MARIA DOULA**

“A PAZ COMEÇA DENTRO DA FAMÍLIA”: INTRIGAS
E QUESTÕES NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

RESUMO: *O tema deste trabalho delimita-se na relação entre família, paz e violência no sertão pernambucano. O universo empírico circunscreve-se na participação de sujeitos locais em uma passeata pela paz, em pequena cidade do interior. Durante o evento, algumas falas pronunciadas são importantes não só pelo que trazem, mas também pelo que escondem. Em meio a cartazes, cantos e discursos, os conflitos que marcaram profundamente tantas biografias e a própria história da cidade, parecem ficar ali subentendidos. O ritual põe em relevo uma série de elementos importantes para um estudo antropológico: ali estão as relações de poder, solidariedade e dependência, as formas de apaziguamento e a articulação de múltiplas esferas sociais, como a família e a política, que se expõem visceralmente no ato. Trata-se aqui de ler nesse espetáculo os textos que compõem a cultura local e, assim fazendo, compreender o modo como pensa e se organiza (simbólica, temporal e espacialmente) essa sociedade.*

Palavras-chave: *família; vingança; sertão pernambucano.*

ABSTRACT: *The main subjects of this paper are the relation among family, peace and violence on Pernambuco's hinterland. The empirical universe confines itself on the participation of local subjects on a jaunt for peace in a small city of the countryside. During the event, some lines of the participants are important not only for what they show, but also for what they hide. Among posters, signs, singing and speeches, the*

* Mestre Em Extensão
Rural - UFV -
leodupin@hotmail.com

** Doutora em Antropo-
logia Social – USP -
Professora do Programa
de Pós Graduação em
Extensão Rural – UFV
sheila@ufv.br

conflicts that marked so many biographies and the own history of the city seem there to be implicit. The ritual highlights a series of important elements to an anthropological research: there are the relations of power, the sympathy and dependence, the methods of appeasement and the articulation of multiple social spheres, as family and politics that are viscerally exposed at the act. So it is to read in this spectacle the texts that compose the local culture and by that to comprehend the way that society think and organizes itself (symbolically, temporally e spatially).

Key Words: *family; vengeance; Pernambuco's hinterland.*

INTRODUÇÃO

“A paz começa dentro da família, no coração de cada um.” (Discurso do arcebispo, durante uma solenidade pela paz no sertão pernambucano)

Em 30 de setembro de 2009, numa manhã de domingo no sertão pernambucano, houve uma passeata pela paz, organizada pela diocese regional da igreja católica, partindo da praça principal de uma pequena cidade, que se localiza às margens do rio São Francisco. Era a última semana de um trabalho de campo (etnográfico) que vinha acontecendo há meses e focalizava um conflito entre famílias da região.

Alguns dias antes do evento, no entanto, ao entrevistar um personagem local importante, ele disse não entender o porquê da manifestação. Em suas palavras, “o município era um exemplo na redução de assassinatos e não via o motivo para esse ato” e que em breve iria conversar com o padre sobre o assunto.

Diante da pompa do evento e das interpretações dissonantes sobre sua realização, tal passeata mostrou-se uma porta de entrada interessante para analisar, em sua dimensão simbólica, os conflitos ali existentes, mais especificamente uma “briga de famílias”¹ que marca profundamente a história do município. Como afirma Peregrina Cavalcanti (2003), a história destas famílias sertanejas assemelha-se a um museu etnográfico e histórico de uma sociedade que vem passando por um processo de modernização econômica e política, ao mesmo tempo em que mantém códigos culturais e identitários tradicionais.

Percebendo-os como drama social² com suas linguagens e seus códigos locais, estes exigiram nesta trajetória de estudo uma abordagem etnográfica de modo a acompanhar os sentidos, o desenvolvimento e as consequências dos acontecimentos para os moradores locais.

Para definir tais conflitos utilizamos duas categorias nativas, “*Intrigas*” e “*Questões*”, de acordo com sua variação. Apesar de as definições não serem estanques, uma vez que são categorias nativas e, até certo ponto intercambiáveis, procuramos utilizar *questão* para o ato que inaugura as

¹ Para caracterizar ‘Briga de Famílias’, como será aprofundado adiante, utilizaremos o conceito de Ana Cláudia Marques (2002), que a compreende como grupos de indivíduos articulados provisoriamente sob bandeiras de insígnias ou nomes familiares.

² O conceito de drama social parte de Goffman (1985). Para ele a vida é metaforicamente um teatro, onde cada cultura fornece o texto que define as ações de homens e mulheres; os papéis são prescrições reais em que as várias partes da participação de cada ator permitem-lhe adaptar sua conduta à do resto do elenco, diante de um público, conferindo-lhe, dessa maneira, uma posição no drama maior.

narrativas ou para disputas de caráter avantajado como um todo ³. Ela é, de modo sintético, a efetivação de uma briga. Já por *intriga*, entende-se o que se segue à *questão* inicial e nunca acaba, pois há uma constante relação de medir forças, uma briga em latência estabelecida entre partes que tendem a ser iguais no plano da hierarquia social e moral, onde a possibilidade de retaliação a alimenta, dia após dia. Seriam, como afirma Marques (2002), como brasa (*intriga*) e fogo (*questão*).

O objetivo principal deste trabalho é analisar como tais brigas, especialmente uma grande *questão* que perdurou no município durante as décadas de 80 e 90, estendeu-se em forma de *intrigas* até aquele momento, nove anos após a assinatura de um acordo de paz; e como as condutas locais, no que se referem a *intrigas* e *questões*, foram confrontadas, especialmente por discursos e intervenções externas, como a passeata organizada pela Igreja Católica.

Nessa abordagem, os conflitos e as tensões são tratados, antes de tudo, em sua positividade, como dimensões relacionais da vida social, conforme define Simmel:

Se toda interação entre os homens é uma socição, o conflito – afinal, uma das mais vividas interações e que, além disso, não pode ser exercido por um indivíduo apenas – deve ser considerado uma socição. E de fato, os fatores de dissociação – ódio, inveja, necessidade, desejo – são as causas do conflito; este irrompe devido a suas causas. O conflito está assim destinado a resolver dualidades divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma parte conflitante. (...) Essa natureza aparece de modo mais claro quando se compreende que ambas as formas de relação – a antitética e a convergente – são fundamentalmente diferentes da mera indiferença entre dois ou mais indivíduos ou grupos. Caso implique na rejeição ou no fim da socição, a indiferença é puramente negativa; em contraste com esta negatividade pura, o conflito contém algo positivo (SIMMEL, 1983, p. 122-123).

Abdicamos, dessa forma, de abordá-los como episódios disruptivos que pressupõem, *a priori*, soluções restauradoras de um equilíbrio igual ou distinto do momento anterior, supostamente pré conflitual. Em lugar

³ Os dois termos fazem parte de um universo amplo termos citados pelos moradores locais durante o trabalho de campo (briga, conflito de honra, guerra, richa, fofoca, falação, etc.). A escolha dos dois termos nesse artigo, ao invés de outros com significado similar, se deu por motivações acadêmicas. É uma tentativa de diálogo com a bibliografia antropológica produzida nos últimos anos, especialmente aquela no âmbito do Núcleo de Antropologia da Política (Nuap), do Museu Nacional de Antropologia (UFRJ), onde pesquisas importantes, com abordagens similares – ver bibliografia – vem acontecendo. A mesma classificação foi adotada por Ana Cláudia Marques (2002), que realizou sua pesquisa numa cidade vizinha à estudada aqui. Entendemos que tal escolha não retira a singularidade do trabalho etnográfico, uma vez, que como foi dito, ambas são categorias nativas citadas durante as entrevistas de campo.

de partir de supostas “faltas” ou “carências” de ordenamentos e de instituições capazes de impor determinadas condições sociais, buscou-se compreender aqui o que há de positividade e especificidade nessas tensões (PALMEIRA e GOLDMAN, 1996).

Como afirma Simmel (1983), o conflito e a contradição não só precedem a ordem, como operam em cada momento da sua existência. Segundo o autor, não existe relação social em que correntes convergentes e divergentes não estejam inseparavelmente entrelaçadas. Dessa forma, mais do que a função desses conflitos, indaga-se como eles operam, que significados carregam e que sorte de efeitos produzem (MARQUES, COMERFORD, CHAVES, 2007, p.34).

Eximirmo-nos de ver no conflito uma forma de desequilíbrio, ou mesmo parte de um processo onde a ordem é finalmente restaurada, significa reconhecê-lo como inerente à vida social e identificá-lo como um fluxo, sem que tenha necessariamente uma resolução definitiva (MARQUES, COMERFORD, CHAVES, 2007, p. 35).

Conflito e solidariedade, violência e paz, agrupamento e rupturas são pensados neste artigo como estágios provisórios com alcances diferenciados e dotados de significados específicos. Por estar em constante atualização, tais conflitos longe de serem tomados como excepcionais, um antagonismo à ordem, aparecem como pressupostos das relações cotidianas, dentro e entre as famílias, o que leva Comerford (2003), por exemplo, a falar de uma “sociabilidade agonística”⁴.

“A sociabilidade cotidiana nessas localidades rurais e municípios é marcada por um caráter marcadamente agonístico” (COMERFORD, 2003, p. 86). Trata-se de um contexto simbólico em que o conflito está presente de maneiras distintas e em diferentes níveis e graus nas várias situações cotidianas, onde a possibilidade de *provocar* e ser *provocado*, quer dizer, faltar com respeito, está sempre iminente.

Apesar do caráter extraordinário e digno de nota e atenção das situações de conflito aberto, é a dimensão agonística que dá o tom às formas de sociabilidade. A tensão que favorece o *ethos* desafiante não é algo que se produz apenas em algumas circunstâncias específicas – ela é um dado primeiro da vida social das localidades rurais dessa região, um pressuposto. Uma conversa formal, respeitosa, é marca de distância, mas é também

⁴ Comerford afirma que o conflito é um pressuposto das relações e foco da estrutura social. O termo, segundo ele, inspirado nos estudos de Marcel Mauss, evoca a centralidade da luta, que por um lado é inerente à vida, e ao mesmo tempo possui a dimensão da arte, tanto no sentido de espetáculo ou dramatização pública, como de técnica que pode ser julgada e apreciada publicamente pelos que a praticam e conhecem (Comerford, 2003, p.23).

sinal de cuidado, de possibilidade de provocação, ainda que essa não se concretize (COMERFORD, 2003, p. 87).

Nesse contexto, os conflitos locais e seus desdobramentos são mais que as consequências da ausência de um Estado ou de uma modernidade incompleta, como parte da literatura sociológica brasileira tratou o fenômeno. As famílias em disputa, facções políticas, clãs, ou como quer que sejam tomados os grupos conflitivos, não se reduzem à sobrevivência de um passado a ser abolido ou de uma tradição antiquada; da mesma forma, os rituais e as representações a eles associadas não podem ser encarados como mero suplemento desses tensionamentos. Ao contrário, as relações de tensão são constituintes do processo de organização e mesmo de ordenamento social, sendo a formação dos grupos um processo mutável e pouco previsível; nesse sentido, também os mediadores da contenda passam a ser observados como atores sociais dotados de determinadas particularidades e eficácias simbólicas.

Pretende-se, então, apreender o modo como são postas em funcionamento as relações de poder e os valores culturais que orientam as práticas sociais em permanente movimentação. Além disso, acrescenta-se que, como acentua Ana Marques (2002), essas disputas são ocasiões propícias para tais reflexões, uma vez que

os vínculos de vários tipos, as relações de solidariedade, de poder e dependência, os “valores culturais”, as formas de apaziguamento, a articulação de múltiplas esferas sociais, como a família, a política, a jurídica, expõem-se muito agudamente. Uma vez que não há contradição entre vínculos e conflitos, trata-se de compreender o modo como se compõem e se supõem e, assim fazendo, alcançar uma certa compreensão de uma certa sociedade (MARQUES, 2002, p. 38).

Por fim, vale esclarecer que, pelo caráter delicado do tema, optamos por não citar os nomes individuais ou familiares dos participantes diretamente envolvidos nas *intrigas* e na *questão* estudada. Quando estes aparecem, em documentos ou nas falas dos atores locais, são suprimidos. O nome dos municípios também não são identificados, de modo a preservar os personagens locais e por acreditar que esse é um trabalho antropológico em que tais referências são irrelevantes em estudo deste tipo.

DESCRIÇÃO DA PASSEATA

A passeata pela paz estava marcada para as dez horas da manhã de um domingo e havia sido organizada, como já dissemos, pela diocese regional

da igreja católica. Esperávamos que se todos ali iriam marchar e falar sobre paz e, conseqüentemente, iriam também abordar os conflitos da região, tema geralmente encoberto por uma espécie de silêncio.

Com sol escaldante e a ausência de brisa que diminuísse o calor do sertão pernambucano, centenas de pessoas vestidas de branco estavam aglomeradas em uma concha acústica, no centro da cidade, onde um trio elétrico havia estacionado. Em cima do veículo, autoridades militares, vereadores, secretários municipais, uma promotora de justiça e dois padres se revezavam em enfadonhos discursos.

Na plateia, dentro da concha, saltavam aos olhos as dezenas de sombrinhas que tentavam amortecer o impacto do sol. Cartazes e faixas esticados, com frases de efeito, a maior parte, escrita à mão, informavam de forma vaga o teor da manifestação: “Violência nunca mais”; “Que todos sejam um: apelo desafiante para todos nós que desejamos ver crescer a cultura da paz”; “Nós cultivamos a paz: família V”. Um dos padres empunhou então o microfone e iniciou seu discurso em tom enfático: “a paz começa dentro da família, no coração de cada um”.

Na calçada, pequenos grupos de pessoas disputavam as sombras das árvores. Uma fileira de ônibus ocupava as laterais das vias de acesso, alguns metros adiante, fazendo mais evidentes as caravanas que vieram, abarrotadas de peregrinos, das cidades espalhadas pelo sertão do São Francisco, para acompanhar a caminhada pela paz.

No espaço entre a multidão de fiéis e os ônibus estacionados estava outro grupo numeroso que também apareceu para acompanhar a carreata e que chamava bastante atenção: os policiais. Não eram poucas as viaturas estacionadas, novas, bem equipadas e com elas pelotões de policiais militares, civis e federais, ostentando fardas impecáveis e armas de grosso calibre, para garantir que a paz não se perdesse na passeata pela paz.

O padre mais velho tomou a palavra: “Estamos em busca da paz. Nos últimos anos aconteceram pontos não interessantes na história da cidade, mas que devem ser superados”; mas ele não disse quais eram esses pontos e mudou o assunto para a transposição do Rio São Francisco⁵. “Vivemos em um momento de desenvolvimento e isso tem trazido emprego para a população. Não somos contra a transposição do rio São Francisco, mas temos que ficar atentos para o que ela traz, que não são somente benefícios”.

Um grupo de crianças começou a apresentar uma peça de teatro no alto do veículo, que trazia o nome de um deputado federal. O sistema de

⁵ A cidade é um dos eixos onde se iniciava naquele período a transposição do Rio São Francisco, uma obra do governo federal no valor 4,5 bilhões de reais.

som falhou e a apresentação foi imediatamente cancelada. Para alívio da população, o cortejo teve início. A multidão seguia em silêncio, parecia desanimada e uma senhora de óculos escuros e terço na mão chegou a comentar “Isso aqui está parecendo é um enterro”. O trio elétrico, que havia ficado pelo caminho, ressurgiu por uma rua paralela, com o som funcionando. As caravanas se animaram e os cânticos, puxados pelo padre, ganharam volume.

Iniciou-se o conhecido canto da oração de São de Francisco de Assis, o santo que dá nome ao rio que cruza a cidade, abastece a agricultura local e vem movimentando a região com o início das obras de transposição: “Senhor, fazei de mim um instrumento da tua paz. Onde houver ódio que eu leve o perdão. Onde houver ofensa que eu leve o perdão. Onde houver discórdia que eu leve a união”.

Na porta do ginásio de esportes do município, o veículo parou e recommearam os discursos. Um oficial da Polícia Militar tomou a palavra: “Estamos trabalhando cada vez mais forte para garantir a segurança do cidadão. Nossos principais problemas hoje são o tráfico de drogas e os assaltos nas estradas, mas ambos estão sob controle. Nosso contingente é limitado, mas estamos nos esforçado. Receberemos nas próximas semanas o reforço de homens treinados e viaturas policiais para oferecer cada vez mais segurança”.

Uma pequena pausa para tomar fôlego e o militar continuou: “No mês passado computamos a redução do número de homicídios, foram apenas três. Este mês ainda não registramos nenhum. Mas garantir a paz não é apenas função do braço armado do estado, é dever de todos”. Recebeu tímidas palmas. O padre mais novo tomou o microfone e se confundiu com o nome do policial. O militar retomou então o microfone e corrigiu com firmeza: “Capitão Nascimento”. As risadas vieram de todas as partes e com grande estardalhaço.⁶

Em seguida foi a vez do presidente da câmara dos vereadores. Este afirmou que iria criar um projeto de lei estabelecendo a criação de um Conselho de Paz no município e de uma semana comemorativa à paz. Cobrava a presença da mídia que “só mostra a violência no município e nada do que é feito de bom aqui”. Dizendo-se econômico nas palavras, terminou por ali.

Uma senhora negra, magra, de cabelos desgrenhados, que aparentava 60 anos, perguntou aos que estavam a seu lado: “Isso aqui tem a ver com a transposição?” Ela insistia que sim, porque a caminhada era comandada

⁶ Aqui há uma referência por parte do público a um conhecido personagem do cinema brasileiro, que é também policial militar e tem o mesmo nome.

pela igreja: “Quando o bispo esteve aqui ele ficou perto da minha casa. Muita gente não gostou do que ele fez porque cresceram o olho nos empregos, mas agora já estão arrependidas”, afirmou convicta⁷.

A procissão voltou a caminhar, contornou todo o centro da cidade e após mais algumas quadras de caminhada todos deram as mãos para rezar um Pai Nosso. A passeata terminou no local planejado, na BR 428, onde há uma cruz presa ao chão. A procissão paralisou o fluxo de veículos enquanto os romeiros distribuía panfletos. Em poucos minutos os caminhões formaram uma fila, com alguns motoristas impacientes reclamando por passagem. Afinal, o desenvolvimento da região não podia ser interrompido, como diziam as dezenas de placas de publicidade, fazendo coro com os irritados motoristas que começavam a buzinar.

Terminado o ato público, algumas perguntas se tornaram necessárias: se há um conglomerado de pessoas que pedem ‘paz’, conseqüentemente, alguma violência se faz presente. Que violência é esta? De que falavam tantas faixas e cartazes? O policial militar fornecia alguns elementos dessa violência na cidade, mas seriam verdadeiramente o motivo do ato ou havia omissões? Por que reforçar o contingente policial e seu armamento se a violência não era um fator significativo, como atestavam o baixo número de homicídios? Ou mesmo, por que realizar uma passeata pela paz ou criar para esta uma semana comemorativa e um conselho municipal? E por que tantos policiais tão bem equipados numa passeata pela paz? Quais são os pontos “não interessantes” da história da cidade que, segundo o padre, precisavam ser superados? E, finalmente, por que não foram explicitados publicamente?

Antes de responder a essas questões se faz necessário conhecer mais a fundo alguns atores que estiveram presentes, outros que estiveram ausentes à caminhada e o sentido dado por estes ao rito. E também o processo histórico pelo qual vem passando a cidade. Só dessa forma poderemos responder com propriedade as questões, dando a essa descrição um caráter explicativo ou denso (GEERTZ, 1989).

Por ora, vale destacar um silenciamento que enfrentamos em alguns momentos durante as entrevistas, já que a exemplo da passeata, nem tudo foi dito abertamente ou foi feito com extremo zelo. Em certas situações houve uma recusa velada dos agentes locais a falar sobre a *questão*, principalmente daqueles envolvidos mais diretamente na contenda. Em uma delas senti certo constrangimento por parte do entrevistado em falar do assunto. Em outra, uma das pessoas chegou a me questionar durante uma entrevista:

- você não vai abordar a briga, não é?

⁷ Ela fazia referência à primeira greve de fome de Frei Luís Cápio contra a transposição do rio.

- Sim, vou abordar.

- Olha lá o que você vai falar da gente, respondeu a esposa do entrevistado, que pertencia a uma das famílias.

Como será evidenciado adiante, a situação evidencia uma relação “interna” entre a lógica estruturadora de um gênero narrativo (contar casos no sentido de narrar os conflitos) e a lógica das ações públicas dos agentes em conflito, uma vez que essas *questões* são publicamente vividas e conduzidas na sua evolução por um conjunto de opiniões que intervêm na forma como o conflito é vivenciado e conduzido na sua evolução (Marques, Comerford, Chaves, 2007).

Dessa forma, em uma ciência interpretativa como a antropologia, às vezes pelo silêncio se pode ouvir mais sobre uma sociedade do que em determinadas falas, como de fato acabou acontecendo. Se em eventos como esse, como afirma Geertz (1989), determinada sociedade conta a história dela para si mesma, horas e horas de entrevistas não dizem tanto quanto um rito vivenciado e, posteriormente, interpretado.

Trata-se, na realidade, de uma situação de pesquisa na qual o silêncio, a intenção da fala e as recusas são partes de um todo significativo. Percorrer a trilha sinuosa das falas, reticências, sentimentos e ressentimentos constituiu a atitude necessária a uma pesquisa dessa natureza (BARREIRA, 2007, p. 183).

A QUESTÃO E AS INTRIGAS

Como foi dito, a *questão*, objeto deste estudo, pelo qual foi realizado o trabalho etnográfico, consiste em uma *briga de famílias* cujos mortos ainda são contados às dezenas. Entre suas características está o uso de armamento pesado (fuzis, metralhadoras, pistolas) em crimes de vingança, que duraram mais de uma década, desdobrando-se em uma sequência de ações pautadas na violência planejada e ritualizada, que ganhou grande espaço na mídia estadual e nacional.

Para se manterem fortes no conflito de famílias no município de xx, localizado no sertão de Pernambuco, alguns membros dos xxxx e yyy entraram num ciclo de marginalidade. Fizeram dos assaltos a carros-fortes, caminhões e veículos nas estradas e do tráfico de maconha uma profissão, como forma de obter dinheiro e armas do mais alto calibre para se defender dos inimigos. (...) O mais interessante desse confronto é que não existe luta pelo domínio da venda de droga ou das áreas de assalto.

Cada um atua no seu local e não se mete com os outros. “O interesse deles é conseguir armas para brigar entre si” (JORNAL DO COMMERCIO. *Roubo e tráfico fornecem armas para briga* – Recife, 03 de março de 1997).

Centenas de pessoas, sob o nome de cinco tradicionais famílias da região, estiveram envolvidas e o conflito se multiplicou em sequestros nas estradas, assaltos a bancos e carros-fortes em diversos municípios. Na época, a briga chegou a ser chamada pelos requintes de violência de *cangaço moderno*⁸ e os jornais, o poder público e a população local muito especularam sobre o motivo e o desenrolar de toda aquela violência, se esta poderia estar relacionada ao tráfico de drogas, confronto político, vingança por honra ou mesmo todos eles entrelaçados

É difícil delimitar as diversas motivações, bem como o início e o fim desta *questão*. Durante a pesquisa de campo, a versão predominante que ouvimos nas narrativas locais afirma que a questão começou no ano de 1987, em um bar onde dois jovens iniciaram uma discussão que se findou com a morte de um deles.

Isso começou de uma coisa simples, em uma briga de bar. Duas pessoas se desentenderam e começou por causa daquela rixa ali. Muita gente pensa que foi por terra, por plantio de maconha e não foi. A briga que estou falando é só xxx, yyy é outra rixa. Houve o conflito em yyy entre os xxx e os xxx, nada a ver com o conflito aqui, isso foi na década de 80. E briga lá começou por besteira também (Membro de uma das famílias. Entrevista, pesquisa de campo, realizada em setembro de 2009).

Segundo os relatos, o pai do garoto assassinado jurou vingança e esta se estendeu em uma sequência de assassinatos:

“Eu fui ao velório e seu M. disse para mim: - mataram meu filhinho, mas eu me desfaço de tudo o que tenho e vingo a morte dele. E se desfez da casa, vendeu propriedades e foi embora de onde ele estava tentando se vingar” (Entrevista de campo, realizada em setembro de 2009).

Passados mais alguns anos, já num município vizinho, o conflito entre as mesmas famílias, porém com a presença de novos atores, estourou novamente. Há aqueles que interpretam essa última questão como uma continuação do primeira e há aqueles que pensam estes conflitos como distintos. Nesse campo, a produção de verdade parece maleável e em disputa. Como se diz no sertão, a *intriga* é coisa que não tem fim. E se esta

⁸ A dimensão narrativa desses conflitos tem como praxe recriar ícones do passado que são atrelados a nomes do presente, dando fama e prestígio a personagens individuais e coletivos (Marques, 2002).

é algo que não acaba, não é fácil também delimitar como, quando e, às vezes, porque começa, como mostram as diferentes versões.

Uma briga entre famílias está transformando o município de xxx (...). Em três anos oficialmente, 13 pessoas foram assassinadas, sem nunca ter descoberto o motivo. Em números extra-oficiais as vítimas chegam a 56. Mata-se pelo simples orgulho de não levar desaforo para casa (Jornal do Commercio. *Mortes fazem Cabrobó virar cidade sem lei*. Cidades, Recife, 02 de março de 1997).

Durante muitos anos a cidade de yyyy se viu amedrontada pela guerra entre xxx e yyy, cuja motivação é possível que nem eles saibam; a matança só diminuiu quando os zzz se retiraram para o município de xxx, em meados de 1992. Trata-se da disputa entre clãs mais sangrenta do Estado de Pernambuco; com requintes de crueldade, onde nem as mulheres, crianças e idosos são poupados (PERNAMBUCO, Assembléia Legislativa. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, 2001).

Outro elemento importante é a operacionalidade dessas famílias. Pelas constantes atualizações, alianças e separações que se processam durante as várias gerações, delimitar quem está dentro ou fora do campo familiar não é uma tarefa nada fácil – ainda mais complicada para alguém que está fora do grupo. As várias rupturas ou aproximações, seja nos conflitos ou nos intervalos entre eles, dão a esta instituição um caráter extremamente dinâmico, sempre em transformação.

O relato de um membro de uma das famílias na *questão* abordada, exemplifica bem essa operacionalidade onde as adesões permanecem abertas, arrastando com elas as ajudas e os ódios, as solidariedades e inimizades. Ele assegura a proximidade das várias partes envolvidas, mas evidencia como as composições são provisórias:

Na realidade essas famílias eram todas unidas, eram todos amigos, viviam juntos, conviviam pacificamente em todos os sentidos. Na realidade, se você olhar bem, era tudo uma família só, o parentesco é com todos. Para você ver, tinha X casado com Y casado com Z, Z casado com X. E quando o conflito aperta, as vezes tem que romper com primo, com a família da esposa. Aqui era assim, tanto que eu perdi muitos amigos dos dois lados, nós perdemos muitos amigos que conviviam juntos e foram se matando (Membro de uma das famílias. Entrevista, pesquisa de campo, realizada em setembro de 2009).

Todo esse fenômeno, que pode até parecer um extremo conflituoso, não é raridade na região. Pelo contrário, uma abordagem “histórica-cum-etnográfica” dessas *questões* demonstra que as brigas de e entre famílias e também a mediação realizada em torno delas é uma estrutura de longa duração e um pressuposto das relações sociais nessas localidades rurais (BARREIRA, 1998; VILLELA, 2007; COMERFORD, 2003).

Mas, como afirma Villela (2007), trata-se de uma tendência pois, segundo o autor, a rigor não é correto falar em padrão, uma vez que as formas sob as quais as *intrigas* brotam são bastante circunstanciais e as variações são também recorrentes nos modos de mediação.

Esta tendência, aqui consistiu numa sequência de acontecimentos: uma coletividade de dimensões e identificação flutuantes, diante da ameaça da desmoralização, se pôs diante do dilema entre perder o “respeito”, ao ser encarada por todos os demais como frouxos, ou reagir violentamente aos insultos recebidos e construir, individual e coletivamente, a sua fama, mas ao mesmo tempo sendo punida pelo Estado. Optando por esta última opção.

Sob o ponto de vista local, essas situações são chamadas de conflito de honra ou *questão*, situações em que a fidelidade à família ou ao grupo social ao qual se pertence foi demonstrada de muitas formas. Na mais comum delas, na obrigação de retribuir a violência, quando, por exemplo, ocorreu o assassinato de um membro do grupo. Tais obrigações de solidariedade deram origem a mais um grande ciclo de vingança na região.

Comerford (2003) evidencia uma “dinâmica agonística” em determinados tempos e lugares em que as tensões se reforçam e são colocadas a prova, certos períodos em que as atividades públicas (que não são necessariamente as mesmas do calendário institucional) se intensificam e com isso intensifica também a “publicização” do respeito. Dessa forma, segundo o autor, a “sociabilidade agonística” não se organiza de maneira aleatória, em uma “conflitividade generalizada”.

As ocasiões públicas como eleições, festas, jogos de futebol ou, no nosso caso, uma passeata pela paz, são espaços em que os antagonismos se constroem e se regulam. “As reuniões públicas constituem assim modalidades de exercício de controle e ordenamento dos antagonismos (mais do que a ‘resolução’ deles)” (COMERFORD, 2003, p. 112). Ciclos de reunião e separação, de formalidade e intimidade, formas mais e menos ritualizadas de enfrentamento e entendimento marcam o calendário dos pequenos municípios. Ainda segundo o autor, ao estabelecer momentos, locais e formas específicas de construção pública dos antagonismos, com o respeito

às regras dos jogos e à etiqueta dos encontros, essa sociedade “doméstica” seus antagonismos e valoriza o autocontrole.

Portanto, estes conflitos compõem a estrutura pela qual se organizam tais sociedades. São ações naturalizadas como um atributo específico de famílias de prestígio (BARREIRA, 1998, p. 174). É, geralmente, nessa instituição, caracterizada por um círculo de proximidade social, que, diante de um público comum, se constituem as partes antagônicas de uma *intriga* ou *questão*.

Nesse círculo, em que a família é o ponto fundamental e o parentesco é o princípio organizador básico do “mapa social”, agregam-se e irrompem membros de uma mesma família, aliam-se e enfrentam-se vizinhos, compadres, parentes, ou ao menos pessoas “familiarizadas”, cujos atos são de responsabilidade não apenas e estritamente pessoal, mas compartilhada, por imposição social (COMERFORD, 2003, p.76).

Foi nesse contexto de proximidade social, dentro das relações comunitárias, que a luta surgiu e a violência se repetiu como regularidade. Ali os contendores mediram-se e colocaram em dúvida a capacidade recíproca de se enfrentarem. Num processo de auto-afirmação, os grupos envolvidos se definiram como antagonistas e suas ações exteriorizaram um padrão em que pesou a desproporção entre os motivos imediatos e o seu curso violento.

Dessa forma aconteceu no sertão pernambucano com a *questão* aqui abordada, cujo desfecho se deu com um acordo de paz⁹ assinado oficialmente, em novembro de 2000, no fórum de uma cidade vizinha.

Aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil, às xx:xx horas no plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, foi realizada uma Audiência Pública de Pacificação, presidida por Sua Excelência o Deputado Pedro Eurico, cujo desiderato foi promover a paz na região sertaneja de Pernambuco, assolada há décadas por brigas entre as famílias xxxx, que ceifaram incontáveis vidas; esta audiência Pública de Pacificação foi Promovida pela Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI Estadual do Narcotráfico e da Pistolagem, em atenção aos reclamos da sociedade pernambucana, que já cansou da violência e da impunidade que grassam em nosso Estado, e contou com a colaboração das Instituições envolvidas no combate ao avanço da criminalidade em Pernambuco. Durante a Audiência Pública de Pacificação, os representantes das xxxx celebraram um **acordo de paz** entre as respectivas Famílias, pelo qual assumiram um pacto de não agressão, se comprometendo a por fim às

⁹ O acordo não significa necessariamente o fim das intrigas e da questão. Apesar disso, até o fim da pesquisa de campo terminar, não haviam sido registrados assassinatos relacionados a esta.

matanças no Sertão pernambucano (Termo de compromisso assinado em 17/10/2000).

No local, estavam presentes: representantes de cada família envolvida, cinco deputados estaduais que integravam a Comissão Parlamentar de Inquérito Estadual do Narcotráfico e da Pistolagem e que foram responsáveis pelo processo de mediação, o procurador geral do Estado, o superintendente da Polícia Federal em Pernambuco, o padre da Paróquia local, promotores de justiça e juizes de direito, um delegado de polícia e a prefeita do município, além da imprensa estadual e nacional. Estavam ausentes os intervenientes diretos da contenda. Além de foragidos da justiça, sua presença poderia reacender os ódios entre os grupos. Porém, alguns deles fizeram contanto por telefone durante a audiência.

Vale ressaltar a situação econômica das famílias nesse período, que contribuiu para a assinatura do acordo, como demonstram os relatos obtidos em campo.

Na realidade, a briga não se resolveu, eles se destruíram. (...) Acabou porque de onde se tira que não repõe, se acaba. A partir do momento que você começa a ver sua família morrendo, se acabando e você já não tem mais recursos, o recurso financeiro acabou. Por causa disso aumentou o índice de roubos de carga, índice de roubo disso e daquilo porque o recurso financeiro que eles tinham para brigar acabou. Começaram a vender tudo o que tinha. Chegou um momento que eles tinham que se sustentar sem sair para a cidade porque a polícia prendia, sem poder ter um convívio social numa comunidade porque os inimigos vinham para matar. Então acabou foi por isso, eles foram perdendo a condição financeira, foram perdendo a estabilidade social, foram perdendo sua vida e aí tem que chegar a um ponto final ou todos iam acabar de se destruir (Membro de uma das famílias. Entrevista, pesquisa de campo, realizada em setembro de 2009).

A FALA E O SILÊNCIO

“Tudo começou por causa do C. que matou meu pai (...). Quando o conheci era gente boa, mas quando se juntou com os XXX não ficou valendo nada. Através do C, com quem tive aproximação, perdi meu pai, irmão e primo. Aí pensamos: vai tudo ficar assim?” (JORNAL DO COMMERCIO. “*Tanta gente morreu que não me lembro*”, Recife, 05 de agosto de 1997).

Não há dúvidas que a *questão* trabalhada nesse artigo - assim como outras que se repetem no país -, envolva valores morais, estando também relacio-

nada com a política, com a organização do parentesco e com formas de criminalidade, devendo ser pensadas a partir de novas perspectivas porque essas categorias não são estanques, nem absolutamente discerníveis umas das outras.

Como afirma Marques (2002), as tentativas de delimitação impedem vislumbrar o modo como essas *questões* se redefinem em suas articulações com a justiça, com o poder político exógeno e com uma pluralidade de princípios de ordenação social, uma vez que essas articulações são, paradoxalmente, a condição de reatualização, renovação e persistência desses fenômenos.

Entendendo essa complexidade e a multiplicidade de situações onde esta pode emergir, voltemos agora à questão do silenciamento que perpassou todo o período da pesquisa de campo. É necessário lembrar que durante esse período havia uma recusa velada dos agentes locais em falar sobre a *questão*, principalmente daqueles envolvidos mais diretamente na contenda. O silêncio e o “esquecimento” revelaram-se em diferentes situações.

Evidenciando que existe uma relação ‘interna’ entre a lógica estruturadora de um gênero narrativo (contar casos no sentido de narrar os conflitos) e a lógica das ações públicas dos agentes em conflito, uma vez que essas *questões* são publicamente vividas e conduzidas na sua evolução por um conjunto de opiniões que intervêm na forma como o conflito é vivenciado (MARQUES, COMERFORD, CHAVES, 2007).

Os enfrentamentos no plano físico não estão dissociados de versões, que são objetos de disputa, no sentido de um esforço ativo de fazer prevalecer certa imagem de si ou de seu grupo para um público, em inevitável tensão com imagens concorrentes. Nesse sentido, os acontecimentos narrados sempre dizem algo sobre as qualidades e fraquezas de cada família e sobre a qualidade das relações entre elas. Mesmo que estejam se referindo a uma pessoa, e não a toda uma família, os relatos colocam em jogo os predicados do grupo social, já que os componentes e suas instituições assumem posições solidárias e compartilham qualidades:

A expressão pública do sofrimento, da generosidade, da caridade e do agradecimento produz uma espetacularização das qualidades morais das partes envolvidas, diante de um público apto a interpretar e julgar esse espetáculo. Como é um espetáculo do qual o público também participa, e que coloca em jogo modalidades de hierarquização e arranjos de posições sociais, será sempre um espetáculo com uma nítida dimensão agonística, onde cada ator procura se mostrar mais digno – seja por ser mais sofredor, mais generoso, caridoso ou agradecido, ou mais sincero na sua generosidade e verdadeiro no seu sofrimento (COMERFORD, 2003, p. 125).

Desse modo, as narrativas integram os próprios conflitos e não podem ser tomadas como um aspecto independente ou uma consequência deste. Com afirmação Peirano (2002), não é possível separar o dito e o feito, porque o dito também é feito. Assim, a interpretação do conflito construída nos eventos narrativos é um mecanismo que dá continuidade a ele no plano das *intrigas*. Nesse sentido, o próprio ato de dar entrevista a uma pesquisa como essa se insere nesse contexto de repercussão, é o momento de se explicar, de passar e fazer prevalecer sua versão dos fatos, buscando justificar seus atos – ou do grupo do qual faz parte – mas também de disseminar a *intriga* que pode reaquecer antigas *questões* ou se desdobrar em novas.

Em tal contexto, muitas vezes o gravador teve que ser desligado, pois um instrumento que servia como uma ferramenta de registro da exatidão dos fatos, naquele contexto se carregava, para os agentes locais, de outra significação. Houve aqueles que repeliram seu uso e alguns utilizaram técnicas locais para lidar com tal instrumento, como a omissão de nomes ou mesmo fatos. Como disse um senhor a respeito do ato de “falar” sobre tais temas: “a gente pode falar, mas tem que saber como falar”. O falar aparece aqui, claramente, como um agir estratégico.

OS SENTIDOS DA PAZ

Colocadas tais peças em evidência, é hora de voltar aos acontecimentos do dia da passeata pela paz. Durante uma entrevista, alguns dias antes de o evento acontecer, um dos integrantes de uma das famílias envolvidas na *questão* alerta sobre o ato pela paz que aconteceria no próximo fim de semana:

O nosso município não tem violência. Por sinal, domingo eu fui à missa e o padre daqui, que eu gosto muito dele e tenho respeito, estava chamando a gente para domingo agora para fazer uma passeata da paz. Agora eu estou doído para conversar com ele, quero saber dele: qual é o significado dessa passeata da paz? (Membro de uma das famílias. Entrevista, pesquisa de campo, realizada em setembro de 2009).

Primeiramente é importante enfatizar que a violência aparece aqui – como ocorreu durante todo o campo - como categoria de alteridade. Os habitantes locais consideram seu município “tranquilo de se viver”, mesmo durante as *questões*. Certo dia, um jovem nativo, pertencente a uma das famílias, confidenciou que muitos ali possuíam armas, mas ali não era um lugar violento, uma vez que as armas não eram utilizadas contra quem “não se metia em briga”.

O nosso município é taxado como violento, mas na realidade ele nunca foi. Isso eu digo para você com muita consciência. Quem vem de fora podia dormir na rua, com o carro aberto. Agora as pessoas que eram envolvidas na briga é com quem tinha violência. Mas você chegando de fora ia perceber que é uma cidade pacata que recebe muito bem (Membro de uma das famílias. Entrevista, pesquisa de campo, realizada em setembro de 2009)

Em sua representação a tranquilidade local se opõe às notícias sobre as metrópoles do sudeste do país, das quais ele tem notícias pelos telejornais e pela internet. Esses sim são locais de muitos “assaltos”, “latrocínios” e “balas perdidas”. Derivada de motivações diversas aos conflitos locais de reputação, a violência dos grandes centros urbanos aparece na lógica local como descontrolada e inconcebível. Já no município, ela é controlada, “é só não mexer com quem está quieto, que não há violência”, ele completou a frase, indicando implicitamente as condições de ordem moral em que pode se recorrer a ela, quer dizer, como forma de contraprestação moral, ou seja, a vingança como forma reativa.

Tal interpretação é também importante para não ratificar o imaginário sobre o sertão pernambucano como lugar violento, assumindo um olhar etnocêntrico. As semelhanças das motivações e dos atos dos atores locais, com aqueles do sudeste brasileiro no Império (FRANCO, 1983), do sertão na Primeira República (VILLELA, 2004), da atual Zona da Mata mineira (COMERFORD, 2003), enfatizados em outros estudos, ou com inúmeros casos de *questões* que surgem ainda hoje, não só no meio rural e nas pequenas cidades, mas também em centros urbanos do país, indicam que estas não se reduzem apenas à persistência de uma tradição local atrasada, a ser abolida.

Porém, o ponto central da fala desse ator local está nos significados da passeata, o que também é o nosso, ainda que sob perspectivas diferentes. Para desvendá-los, voltaremos às perguntas feitas na introdução desse trabalho: se um conglomerado de pessoas pede ‘paz’, conseqüentemente, alguma violência se faz presente. De que violência falavam as faixas e cartazes? Por que reforçar o contingente policial e seu armamento se a violência não é um fator significativo, como atestam o baixo número de homicídios? Ou mesmo, por que realizar uma passeata pela paz? E por que tantos policiais tão bem armados numa passeata pela paz? Quais são os pontos “não interessantes” da história da cidade que, segundo o padre, precisam ser superados? E, finalmente, por que não são ditos abertamente?

Recorremos a Geertz (1989), que conceitua a cultura enquanto espetáculo, como um emaranhado de textos a serem lidos. Percebemos ali dois desses textos - um exógeno e um local -, sobrepostos e em conflito: o da

igreja e das instituições públicas que organizaram o evento; e aqueles dos interlocutores locais que representam as famílias que estiveram envolvidas na *questão*.

Imaginamos que algumas dessas perguntas iniciais já tenham sido respondidas ao longo do texto, mas outras ainda estão abertas. Sobre a violência de que falavam a passeata e os cartazes, a resposta já evidenciada, remonta ao processo histórico da região. Por isso, estão ali dezenas de policiais bem armados que acompanham a procissão.

Além deles, estão ali outros representantes dos poderes constituídos (religioso, executivo, legislativo e judiciário) que sobem ao “palanque”. O padre que fala sobre os pontos “não interessantes” a serem superados, o vereador que almeja criar a semana comemorativa pela paz, o militar que pede reforço do contingente policial, mesmo com a criminalidade tendo baixado nos últimos anos. Cada um deles representa seu respectivo poder público que quer se mostrar presente e atuante.

Já as famílias envolvidas na *questão* estudada não estavam presentes ao rito (ou pelo menos não se mostraram publicamente com falas e discursos), apesar de serem os maiores atingidos pela violência que nos últimos anos estendeu-se sobre a região e ainda ali residirem. Perguntamo-nos: por que essa ausência? Aqui dois fatores são importantes.

O primeiro deles é que, como foi dito, a violência não é uma preocupação local, principalmente nos dias atuais: “O nosso município não tem violência”, foi o discurso recorrente. Dessa forma, é improvável que tal ato fosse priorizado por alguma dessas famílias, principalmente se levarmos em consideração que naquele momento elas tinham outras prioridades, dentre elas processos judiciais ainda em andamento e sua recuperação econômica, como indica a fala de um personagem de umas das famílias:

O conflito foi muito ruim para a economia da cidade, na época o comércio parou e não se via ninguém circulando nas ruas. As famílias gastaram muito com a guerra. Havia os que continuaram trabalhando normalmente e aqueles que caíram num ciclo de marginalidade e passaram a viver de assaltos. Uma bala de fuzil custa caro e só era possível manter o conflito recorrendo a essas fontes de financiamento (Membro de uma das famílias. Entrevista, pesquisa de campo, realizada em setembro de 2009).

Os dados obtidos não permitem uma generalização que se estenda a todos os membros das famílias ou grupos envolvidos, quanto mais falar em termos de município; porém é certo que a briga teve um impacto econômico negativo não só sobre as famílias, mas também nas regiões em que aconte-

ceram os assassinatos. Como afirma o ditado popular da região “*Questão é pobreza*”: dessa forma, muitas foram as histórias sobre personagens que gastaram fortunas, perderam parentes e acabaram na miséria por conta de manter o ciclo de reciprocidade da vingança familiar (VILELLA, 2007).

Se no período anterior à *questão* aqui abordada, algumas dessas famílias eram grandes produtoras de artigos agrícolas, no período de trabalho de campo, muitos membros dessas se diziam endividados com o Estado ou mesmo com a iniciativa privada. Muitas fazendas abandonadas durante “os anos de briga” continuavam, se não dessa maneira, pelo menos improdutivas. Dezenas de homens dessas famílias, em idade ativa, que sobreviveram aos conflitos continuavam presos.

O segundo elemento remonta a uma carta escrita ao jornal local por um personagem importante, filho de um dos “cabeças”¹⁰ da *questão*, durante os anos de briga. Como o mesmo relatou, havia no decorrer do texto um pedido de paz direcionado às outras famílias, uma solicitação para que se findassem os conflitos que já haviam matado muitas pessoas e espalhado sofrimento pela região.

Quando a carta foi publicada no jornal municipal, houve uma grande repreensão por parte da sua própria família. Segundo afirma, ele foi muito criticado por aquilo que escreveu, pois um pedido desses poderia indicar desunião no âmbito familiar e, principalmente, fraqueza frente aos inimigos. A questão fundamental nesse caso não era o desejo ou não de “guerra”, mas sim não mostrar debilidade diante dos oponentes e evitar que seu grupo social fosse taxado de “medroso”. Como afirma Comerford (2003), a briga pela construção da imagem pública é tão importante em uma *questão* quanto o próprio ciclo de vinganças.

Esse fato evidencia que em uma *questão* um pedido público de paz de um dos lados não é um ato usual, pois pode representar um atestado de “covardia” perante os outros grupos. Da mesma forma, a presença das famílias

¹⁰ A insígnia é uma categoria local que remete a alguém que comanda a articulação dos planos de defesa e retaliação dentro da família. Segundo foi informado, “é o ‘cabeça’ quem pensa as estratégias familiares”. Este pode ou não estar envolvido diretamente nos assassinatos, mas é mais comum que não esteja. Em algumas entrevistas eles foram diferenciados daqueles que brigam, evidenciando uma divisão não estanque dos trabalhos dentro dos grupos, durante as questões. Dessa forma, alguns se ocupam de executar as vinganças (geralmente os mais jovens), outros planejam as estratégias familiares e as relações diplomáticas com “cabeças” de outras famílias (alguém mais velho, com experiência e prestígio dentro do grupo); há também os que se ocupam dos arranjos logísticos e aqueles que se ocupam da boa manutenção das redes de informação, sobre fatos e intenções dos aliados e inimigos, da opinião pública (mulheres e pessoas menos envolvidas, podem se ocupar desta função) (Marques, 2002, p. 308). Esta divisão de trabalho conduz, eminentemente, para uma coordenação de esforços dentro da família, porém é apressado deduzir daí uma hierarquização estável ou medir até que ponto o “cabeça” possui o comando dentro da sua instituição. Esta titulação de liderança não é instituída formalmente, sendo também objeto de tensão e disputa, geralmente velada para o olhar de fora da instituição familiar.

naquela passeata poderia indicar um sinal de fraqueza – “ser taxado como medroso” - e trazer a desonra perante o público.

No primeiro dos textos, de origem exógena, o Estado e a diocese regional da Igreja Católica, - que tem como lema na região “a cultura de paz para quebrar a cultura da violência” - se fazem presentes para “buscar” e “fazer” a paz. No segundo, de origemêmica, as famílias se abstêm. O pedido de paz não poderia vir de nenhuma delas, pois além do fato de esta não ser uma preocupação sua, o ato soaria como frouxidão diante da população. Dessa forma, nem elas, nem o nome delas, deveriam estar ali presentes.

E como esses dois textos, não apenas em termos semânticos, mas também pragmaticamente, se embatem conflitivamente? O pedido de paz, que implicitamente é dirigido a esses grupos (ainda que não exclusivamente) envergonha quem um dia fez a guerra. Dessa forma, as pessoas que compõem a solenidade estão individualmente impedidas de nominar abertamente os acontecimentos passados e os clãs dos envolvidos sob pena de levá-los à desonra. Tal fato poderia ser recebido pelos envolvidos na *questão* como uma provocação individual ou familiar (*intriga*). Está aí, portanto, o motivo de os fatos “não interessantes” não serem ditos explicitamente.

Já o público, que em outros contextos repercute a violência, nesse ritual fala de paz. Quem um dia participou (e ainda participa) ressonando as contendas, durante o rito assume o texto exógeno e reprova as brigas que no ato estão disciplinadas, sendo motivo de desonra. Se há alguns anos a contenção se deu pelo acordo, agora ocorre pela passeata (espaço de controle e ordenamento dos antagonismos) que se dirige e também desafia a essas famílias (ou indivíduos), mas também a outras, que queiram se envolver em novas *questões* ou provocar desdobramentos da antiga questão. Por isso, os cartazes diziam “Nós cultivamos a paz: família V”, “Violência nunca mais” ou “Que todos sejam um: apelo desafiante para todos nós que desejamos ver crescer a cultura da paz”.

Contudo, esse modo de contenção, assim como a intervenção da polícia ou da justiça punindo os envolvidos, não acabam com a emergência de tais conflitos (muitas vezes, em sentido contrário, podem acirrar as *intrigas* e *questões* uma vez que a intervenção dessas instituições é sempre vista com desconfiança pelos vários lados), que constituem um modo de dramatização social de longa duração, compondo o processo de organização (simbólica, temporal e espacial) dessa sociedade.

Finalmente, vale destacar que se “a paz começa dentro da família”, como foi dito no discurso do religioso, é por causa dela e em seu âmbito que as *intrigas* e *questões* nascem, renascem e se alimentam. Assim, a família,

como locus de guerra e paz, parece ser o enredo desse texto local, que a passeata expõe em toda sua dramaticidade.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, César. *Crimes por encomenda: a pistolagem no cenário brasileiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BARREIRA, Irllys Alencar. Do Sangue à Palavra: Expressões Políticas de Conflito Familiar. In: MARQUES, Ana Cláudia (org.) *Conflitos, Política e relações pessoais*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes Editores, 2007, p. 181-199.

CAVALCANTE, Peregrina. *Como se fabrica um pistoleiro*. São Paulo: Editora Girafa, 2003.

COMERFORD, John Cunha. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ UFRJ: Núcleo de Antropologia da Política, 2003.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Clãs descartam reinício de confronto no sertão*. Vida Urbana, Recife, 13 de junho de 2002: C6.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Briga no Sertão envolve mais um clã*. Recife, 06 de outubro de 1999.

FRANCO. Maria Sylvania de Carvalho Franco. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3ª edição. Kairós, Livraria Editora. São Paulo: 1983

GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.

JORNAL DO COMMERCCIO. *Roubo e tráfico fornecem armas para briga*. Cidades, Recife, 03 de março de 1997.

JORNAL DO COMMERCCIO. *Briga de Famílias no Sertão é pelo poder*. Cidades, Recife, 03 de março de 1997.

JORNAL DO COMMERCCIO. *Famílias rivais selam hoje acordo de paz*. Cidades, Recife, 17 de Outubro de 2000.

MARQUES, Ana Cláudia Duarte Rocha. *Intrigas e Questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/UFRJ: Núcleo de Antropologia da Política, 2002.

MARQUES, Ana Cláudia (org.) *Conflitos, Política e relações pessoais*. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

MARQUES, Ana Cláudia; COMERFORD, John Cunha; CHAVES; Christine de Alencar. Traições, Intrigas, Fofocas, Vinganças: Notas para uma abordagem etnográfica do conflito. In: MARQUES, Ana Cláudia (org.) *Conflitos, Política e Relações*

- Pessoais*. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas: Pontes Editores, 2007, p. 27-55.
- PALMEIRA, Moacir; GOLDAM, Márcio (orgs). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.
- PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota explanatória. In: Peirano, M. (org.). *O Dito e o Feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume - Dumará/NuAP, 2002, p. 171-178.
- PEIRANO, Mariza. *Uma Antropologia no plural*. Brasília: Editora UNB, 1991.
- PEIRANO, Mariza. (org.). *O Dito e o Feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume - Dumará/NuAP, 2002.
- PERNAMBUCO. Assembléia Legislativa. *Relatório Final da CPI Estadual do Narcotráfico e da Pistolagem*. Recife, 2000.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SIMMEL, Georg (1986) *Sociologia. Estudo sobre as formas de socialização*. (2 vols) Madrid: Alianza Editorial.
- VILLELA, Jorge Mattar. *O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.
- VILLELA, Jorge Mattar. Violência e Mediação de Vingança no Sertão de Pernambuco, Nordeste do Brasil. In: MARQUES, Ana Cláudia (org.). *Conflitos, Política e relações pessoais*. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes Editores, 2007, p. 109-128.